

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DEZEMBRO DE 2021

1) Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória – CDTIV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES nº 3.345, de 11 de julho de 1986 e 5.948, de 16 de julho de 2003, e Decreto Municipal/ES nº 13.112, de 23 de dezembro de 2006.

Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em 2020 foi sancionada a Lei nº 9.626 de 09 de março de 2020, que alterou a denominação para Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV) e deu outras providências, com a finalidade de ajustar a nova demanda existente há uma denominação mais próxima de suas atribuições.

2) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras estimativas.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 – contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Companhia é uma empresa estatal dependente municipal, portanto ela também realiza a Contabilidade aplicada ao Setor Público, sendo os relatórios contábeis elaboradas de acordo com os seguintes normativos e orientações aplicadas ao setor; Lei nº 4.320/1964; Lei complementar nº 101/2000; Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC T SP); Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), do Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), 8ª edição; e Disposições das normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b) Classificação dos ativos circulante e não circulante

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

d) Contas a receber de concessionários

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

e) Investimentos

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 10)

f) Imobilizado

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 11) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01. (Nota 11)

g) Intangível

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* (Nota 12).

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

i) Classificação dos passivos circulante e não circulante

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências (Nota 18) está relacionada a processos de natureza cível, trabalhista e ou fiscal. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k) Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

m) Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

n) Estimativas Contábeis

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis.

4) Banco conta Movimento:

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	2021	2020
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	1.102,25	1.002,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	299.340,47	788.661,03
Banestes Concessão – 28.977.619	4.048,89	13.411,03
Banestes Bradesco – 13.126-1	10.904,65	0,00
Banco conta movimento	315.396,26	803.174,31

5) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	2021	2020
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	230.297,87	220.744,45
Banestes – Poupança/Caução	108.843,04	106.080,78
Aplicações financeiras	339.140,91	326.825,23

6) Contas a receber de concessionários:

A CDV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

	2021	2020
Clientes - Concessão - Ativo Circulante	1.375.130,78	1.557.185,38
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.290.663,63)	(1.290.663,62)
Clientes - Concessão - Ativo não Circulante	1.471.630,71	1.471.630,71
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.471.630,71)	(1.471.630,71)
Contas a receber de concessionários	84.467,15	266.521,76

7) Impostos e contribuições a recuperar:

	2021	2020
PIS a recuperar	1.486,98	952,06
COFINS a recuperar	7.935,98	4.385,27
INSS a recuperar	50,56	50,56
Impostos e contribuições a recuperar	9.473,52	5.387,89

8) Almoxarifado:

O Almoxarifado refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia.

	2021	2020
Almoxarifado	5.770,92	4.770,58

9) Adiantamentos:

O valor refere-se a adiantamentos feitos a empresas e funcionários, cuja baixa acontecerá em janeiro de 2022.

	2021	2020
Adiantamento de Férias	59.730,19	31.942,65
Adiantamento de Coopmetro	686,01	553,66
Vale transporte	0,00	4.141,80
Adiantamento p/funcionários	7.410,41	0,00
Adiantamento Repasse Consignado	296,34	0,00
Adiantamento Repasse Sindismuvi	51,16	0,00

Adiantamento IRRF S/Férias	8.913,22	6.718,29
Adiantamentos	77.087,33	43.356,40

10) Investimentos:

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória - CDV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A metodologia empregada no estudo apurou um valor de venda (valor justo), na época, de R\$ R\$ 5.734.403,09 para o Terreno. A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163 e 323/2021 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 8.431.841,00 para o terreno.

	2021	2020
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	5.768.065,00	3.070.627,09
Propriedade para Investimentos	8.431.841,00	5.734.403,09

11) Imobilizado:

A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido no valor de R\$ 92.197,14. O método de depreciação utilizada é o linear.

A conta redutora Instalação Bens de Terceiro no Galpão das Paneleiras, cujo valor residual é de R\$ 125.543,20, contido no processo administrativo nº 4647095/2016, encontra-se em tramitação para doação ao Município de Vitória.

Os veículos, com respectivos patrimônios 311 e 312, totalmente depreciados e com valor total de R\$ 66.750,00, encontram-se em processo final de doação para Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento da Prefeitura de Vitória.

O valor da depreciação em 2021 foi de R\$ 89.305,31 e em 2020 de R\$ 98.419,48.

	Taxa de De- preciação	2021	2020
Móveis e Utensílios	10%	200.353,91	193.723,91
Aparelhos	10%	30.147,06	30.147,06

Som, Vídeo e Equipamentos	10%	8.496,90	8.496,90
Materiais Fotográficos e Equipamentos	10%	2.567,80	2.567,80
Veículos	20%	66.750,00	66.750,00
Equipamentos para Manutenção	10%	24.295,30	24.295,30
Maquinas de Produção	10%	127.330,40	127.330,40
Instalações Bens de Terceiros	10%	715.618,38	715.618,38
Equipamentos de Informática	20%	403.958,53	403.958,53
Máquinas de Escritório		274,63	274,63
Terrenos		0,00	0,00
Total do Ativo Imobilizado		1.579.792,91	1.573.162,91
Galpão Paneleiras - Inst. Bens de Terceiro		(125.543,20)	(125.543,20)
Contas Redutoras		(125.543,20)	(125.543,20)
Depreciação Acumulada		(1.362.052,57)	(1.272.747,26)
Imobilizado Líquido		92.197,14	174.872,45

12) Intangível:

Os bens intangíveis compreendem os ativos de softwares. Foi utilizado o método linear para o cálculo das amortizações.

Em 2019 foi adquirido a licença de software: micro software SQL server, de vida útil perpétua, não sendo amortizado, portanto, o valor de R\$ 39.178,00.

O valor da amortização em 2021 foi de R\$ 5.370,36 e em 2020 de R\$ 4.027,77.

	2021	2020
Licenças SQL server	39.178,00	39.178,00
Uso de software	90.361,00	90.361,00
Licenças	22.855,70	22.855,70
Bens intangíveis	152.394,70	152.394,70
Amortização Acumulada	(99.759,13)	(94.388,77)
Bens Intangíveis Líquidos	52.635,57	58.005,93

13) Fornecedores e Outras contas a Pagar:

Em 2021 a empresa liquidou a maioria de seus contratos com fornecedores. Entretanto, o Contrato nr.28/2019, da empresa ESTELAR ILUMINAÇÃO EIRELI, teve a GLOSA do saldo a pagar, no valor de R\$ 57.054,76, conforme PARECER da Comissão de Fiscalização, DESPACHO do Presidente da Companhia

e subsequente ATO ADMINISTRATIVO de cancelamento de empenho, nos termos do Processo 9158/2019.

	2021	2020
Fornecedores e Outras contas a Pagar	111,62	425.639,61

14) Obrigações Fiscais:

	2021	2020
Provisão para Imposto de Renda	82.967,22	132.076,46
Provisão para Contribuição Social	32.028,20	49.707,53
Provisão para PIS	897,81	4.115,30
Provisão para COFINS	4.328,50	18.955,37
ISS retido a recolher	0,00	30,90
IRRF a recolher	981,89	0,00
Obrigações fiscais	121.203,62	204.885,56

15) Obrigações Sociais:

	2021	2020
INSS a recolher	92.326,74	459,45
FGTS a recolher	361,10	361,10
Obrigações Sociais	92.687,84	820,55

16) Provisões de Férias e Encargos:

	2021	2020
Férias a pagar - Diretoria	123.667,60	236.936,11
Provisão para Férias Funcionários	204.807,30	205.837,31
Provisão para INSS S/Férias	44.193,30	40.531,62
Provisão para FGTS S/Férias	16.384,58	15.440,62
Provisões de férias e encargos	389.052,78	498.745,66

17) Outros Passivos Circulantes:

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.

O valor de adiantamento de clientes refere-se ao recebimento de concessões após publicada a PORTARIA Nº 11/2020.

	2021	2020
Cauções	108.808,78	106.046,52
Adiantamento de Clientes	7.722,27	7.722,27
INSS a recolher	0,00	459,45
FGTS a recolher	0,00	361,10
Empréstimo Consignado Banestes	0,00	3.023,78
Pensão Vitalícia	0,00	60.373,00
Outros Passivos Circulantes	116.531,05	177.986,12

18) Provisões para Contingências - PNC:

Referente a processos de natureza cível, conforme abaixo:

- Ação de indenização por danos materiais – autor Previdência USIMINAS – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 114.245,03;
- Ação de obrigação de fazer e de não fazer – autor Pier Vitória Hotel Ltda – provisionado 50% do valor da ação, R\$ 15.000,00;
- Ação pública cível nº 5002127-59.2020.4.02.5001/ES – autor Associação Juntos SOS Espírito Santos Ambiental – provisionado 10% do valor da ação, R\$ 50.000,00

	2021	2020
Prov. Cont. Trab. – Benedito Modesto	0,00	92.248,12
Prov. Cont. Trab. – Sergio Paulo	0,00	56.931,59
Prov. Cont. Cível – Previdência USIMINAS	114.245,03	114.245,03
Prov. Cont. Cível – Pier Vitória Hotel Ltda	15.000,00	15.000,00
Prov. Cont. Cível – Associação Juntos SOS	50.000,00	50.000,00
Provisão para contingência - PNC	179.245,03	328.424,74

19) Capital social:

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	2021	2020
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00
Capital social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00

20) Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163/2021 e 323/2021 do COPEA, o valor foi reavaliado, conforme abaixo:

	2021	2020
Ajuste da Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	3.070.627,09
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	3.070.627,09

21) Reserva Legal:

A reserva legal é instituída como forma de assegurar a integridade do capital social. A Lei 6.404/76, em seu art. 193, determina que as companhias devem constituir uma “reserva legal” que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

	2021	2020
Lucro do Exercício	54.349,97	315.395,01
Constituição de Reserva Legal	2.717,50	15.769,75

22) Receita Subvenção Econômica:

O valor refere-se a recebimento de transferência de recursos financeiros públicos da Prefeitura Municipal de Vitória, conforme previsto na Lei 9.626, de 09 de março de 2020, classificados como de natureza econômica, conforme prevê a Lei 4.320/64, §3º do seu art. 12.

As subvenções são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. Dessa forma, a subvenção é reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a Companhia reconhece os custos e despesas relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

	2021	2020
Subvenções/PMV	5.553.000,00	10.506.938,02

Receita Subvenção

5.553.000,00

10.506.938,02

23) Receitas Concessões:

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

	2021	2020
Receita de concessões	618.110,06	390,863,91
Receitas Concessões	618.110,06	390.863,91

24) Dedução da Receita Bruta:

	2021	2020
COFINS s/Concessões	(57.971,37)	(30.454,69)
PIS s/Concessões	(12.585,88)	(6.611,87)
Dedução Receita Concessões	(70.557,25)	(37.066,56)

25) Despesas (Receitas) Operacionais

As Despesas Operacionais estão detalhadas conforme disposição abaixo:

	2021	2020
Despesas com Pessoal(Adm. e Efetivos)	1.537.272,61	4.048.991,34
Despesas com Encargos	298.045,17	932.848,17
Despesas com Serviços	779.536,10	1.050.462,43
Despesas com Materiais	10.603,11	98.165,46
Despesas com Impostos e Taxas	4.769,20	12.707,07
Despesas Complementares	452,85	41.876,32
Provisão de Despesas	691.741,11	236.176,62
Despesas com Convênios	0,00	2.766.524,57
Despesas com Pessoal (Usina)	811.169,88	903.100,48
Despesas Processuais	32.647,87	147.303,46
Despesas da Diretoria	1.495.616,36	320,00
Encargos Sociais Diretoria	484.215,69	0,00

Despesas não Dedutíveis	0,00	7.619,84
Despesas gerais e administrativas	6.146.069,95	10.246.095,76
	2021	2020
Despesas de Depreciação	89.305,31	98.419,48
Despesas de Amortização	5.370,36	4.027,77
Depreciação e Amortização	94.675,67	102.447,25
	2021	2020
Atualização Monetária	2.762,26	2.460,38
Despesas Financeiras	2.762,26	2.460,38
	2021	2020
Receita de Aplicações	12.315,68	8.358,34
Descontos Obtidos	161,16	0,00
Juros de mora	13.348,64	1.048,81
Variação monetária ativa	644,94	19,29
Multas - Concessão	5.225,16	536,03
Outras Receitas Financeiras	1.001,02	0,00
Receitas Financeiras	32.696,60	9.962,47

26) Partes Relacionadas

Atendendo o disposto na Lei 13.303/2016 a Companhia faz divulgação do relacionamento e transações com partes relacionadas. O CPC 05 (R1), define partes relacionadas como sendo a pessoa ou entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações, tendo esta pessoa controle pleno e influência sobre a entidade. Conforme define o Estatuto, o Município de Vitória detém a totalidade do Capital Social da Companhia, sendo a competência da administração função privada do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva exerce sua função de forma remunerada.

27) Outras Receitas:

Em 2021 a companhia registrou outras receitas referentes as seguintes operações:

- **Receitas Eventuais** – ref. crédito conforme contrato Bc. Bradesco nr. 121/2021, pela prestação de serviço de processamento e gerenciamento dos créditos provenientes de folha de pagamento e prestação de serviços bancários aos servidores da administração indireta do município de Vitória, compreendendo os ativos, estagiários e demais beneficiários com vigência de 01/07/2021 a 08/07/2026.

- **Recuperação Despesas** – ref. termo de confissão de dívida e acordo de pagamento nr. 01/2021, no valor total de R\$ 99.287,17, com vencimento da última parcela em 25/04/2022, conforme processo 9374/2020 – Instituto Smart City.

- **Glosa s/serviços contratados** – ref. glosa contrato 28/2019 - Estelar Iluminação Eireli, devido a não realização dos serviços contratados, com parecer da Comissão de Fiscalização, Despacho e Cancelamento de Empenho, nos termos do processo 9158/2019.

	2021	2020
Receitas Eventuais	144.670,00	0,00
Despesas Recuperadas	37.503,00	0,00
Glosa s/Serviços Contratados	57.054,76	0,00
Reversão de Prov. Trabalhista	40.375,20	0,00
Outras Receitas	279.602,96	0,00

28) Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. Os valores referem-se à apuração do 4º TRIMESTRE, com vencimento no exercício seguinte.

	2021	2020
Provisão para Imposto de Renda	82.967,22	147.043,70
Provisão para Contribuição Social	32.028,20	57.255,74
Imposto de Renda e Contribuição Social	114.995,42	204.299,44

Vitória (ES) 31 de dezembro de 2021

Evandro Figueiredo Boldrine
Diretor Presidente



**Notas Explicativas sobre as demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021.**

Letícia Laia Ricieri
Diretora Adm. Financeira

Alexsander Carvalho Nunes
Contador Comercial
CRC-ES 10.948-O

Rua Armando Moreira de Oliveira, Nº 230, Goiabeiras, Vitória/ES - CEP 29.075-075
www.cdtiv.com.br